



PERSPECTIVAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

VOL. 11, Nº 1, 2026 P. 1-17
ISSN: 2448-2390

Sobre o caráter performático do relato dos sonhos na clínica psicanalítica

On the performative nature of dream reporting in psychoanalytic practice

DOI: 10.20873/rpvn10v2-51

Érico Andrade

E-mail: ericoandrade@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4956-7713>

Resumo

O objetivo do meu artigo consiste, por um lado, em propor uma espécie de austeridade conceitual em relação à interpretação dos sonhos de Freud, no intuito de evitar que a psicanálise esteja sujeita a algumas das críticas de neurociência. Por outro, tenciono mostrar que uma estratégia promissora, pelo menos do ponto de vista da clínica psicanalítica, quanto à compreensão dos sonhos é recuperar no seu caráter desordenado possibilidades de construção de narrativas alternativas àquelas que foram cristalizados fantasmaticamente como única imagem de nós mesmos. Assim, tenciono concluir que para a clínica a natureza dos sonhos, a sua dinâmica e seu posterior esquecimento, é menos importante do que o leque de possibilidades narrativas que ele nos abre pelo seu próprio caráter desordenado.

Palavras-chave

Sonhos. Neurociência. Narrativa. Freud. Psicanálise

Abstract

In my paper I would like to show, on the one hand, a kind of conceptual austerity in relation to the interpretation of Freud's dreams. This austerity may avoid that psychoanalysis is subject to some of the criticisms of neuroscience. On the other hand, I intend to show that is a promising strategy, at least from the point of view of psychoanalytic practice, about the understanding of dreams because is possible to recover in their disordered character of dream narratives constructions that are alternative to those that make us immersed in suffering. Therefore, I would like to conclude that for the clinic the nature of dreams, their dynamics, and their subsequent forgetfulness, is less important than the range of narrative possibilities which it opens us by its own disordered character.

Keywords

Dreams. Neuroscience. Narrative. Freud. Psychoanalysis.

Introdução

As experiências que ocorrem nos sonhos estariam ligadas, em certo momento da obra freudiana, ao relaxamento da censura própria ao estado de vigília. Essas experiências nos permitem, ainda que de modo nem sempre claro, acessar a uma série de desejos para os quais foram reservadas barreiras inconscientemente, limites, numa palavra: repressão. Os sonhos seriam, nas palavras de Freud: “a realização disfarçada de um desejo reprimido” (2010 / 1900, p. 208). Sem dúvida, essa compreensão do sonho dominou certa psicanálise, ainda que o próprio Freud tenha a relativizado em momentos posteriores em sua obra. Apesar de reconhecer a sua importância em determinado momento histórico da psicanálise e reconhecer um residual uso clínico que ela eventualmente possa suscitar, gostaria de sublinhar no presente artigo outro aspecto dos sonhos que considero profícuo do ponto de vista clínico. Tenciono defender que a natureza bicrolada e aparentemente caótica dos sonhos, chamada por mim de desordem, reúne – na forma de uma simulação onírica – outras possibilidades de nos relatamos (na acepção desse termo na obra de Butler no diálogo com o termo narrativa em Paul Ricoeur). Ou seja, o sonho apresenta por meio da dimensão onírica outra possibilidade de percepção de nós mesmos. Diferentemente da ordem causal – fantasiada no estado de vigília – nos sonhos o caráter accidental (contingente) da existência é mais tangível e nos permite vislumbrar melhor a diversidade de possibilidades de narramos os nossos diferentes modos de nos perceber.

Acredito que essa compreensão do lugar do sonho no processo analítico tem a vantagem de desonerar a psicanálise de uma série de compromissos ontológicos, para guardar aqui a expressão de Quine, com os quais a teoria freudiana, pelo menos a exposta em *Interpretação dos Sonhos* (1905), está envolvida e que dificilmente podem ser sustentados tendo como base empírica apenas a clínica psicanalítica. Isto é, algumas formulações de Freud parecem ser muito especulativas e se comprometerem com uma compressão do sonho que pode ser questionada pelos avanços da neurociência com a qual, é preciso, dizer que Freud guardava em certa medida um acordo. Esses compromissos são expressos na exigência de certo momento da obra de Freud de que não apenas os sonhos têm um sentido, mas também atuam na memória, promovendo o seu consequente esquecimento. Acredito que esse tipo de compromisso ontológico,

que sugere, por exemplo, que esquecemos do sonho, não por um processo natural, mas por uma espécie de recalque, dá margem para algumas críticas deferidas pelas neurociências, como irei mostrar. Com efeito, meu ponto é que um eventual esquecimento do sonho por recalque não é radicalmente relevante para resguardar o que pretendo defender sobre o papel do sonho na clínica psicanalíticas. Sustento que o caráter desordenado do sonho, no sentido que as leis da física e as leis das ciências não regem as representações dos sonhos, o que permite a sobreposição de imagens e contextos, é uma abertura para compreensão de si que o sonho proporciona, especialmente, quando é relatado na clínica.

Assim, quando promovem um entrelaçamento entre representações reais e fictícias os sonhos nos convidam a uma aparente desordem capaz de engendrar, a partir de um processo analítico, novas compreensões de si mesmo que não se apresentavam na ordem do vivido, uma vez que quando sonhamos abre-se uma gama inédita de possibilidades de conexões e significações do que vivemos. Nesses termos, a minha tese é de que os sonhos não interessam no que pode ser uma espécie de resultado de uma realidade ocultada por um processo de censura. Eles interessam no que é desde sempre, pelo seu caráter desordenado, possibilidade narrativa de nós mesmos. Isto é, no sonho é possível ampliar a nossa percepção sobre as nossas contradições e desejos. O caráter transgressor dos sonhos está presente na sua insubmissão à toda tentativa de fixação da referência, que acopla o sentido da linguagem ao seu caráter representacional em conformidade com as determinações da ciência em relação ao mundo vivido na vigília. Esse caráter dos sonhos nos ajuda a experienciar, na forma de uma simulação onírica, que nada é necessário, nem ordenado de tal forma que só possa ser compreendido por um único viés, em virtude do qual se cristalizam certas fantasias. O caráter desordenado do sonho é abertura para a compreensão da nossa própria contingência e das nossas narrativas sobre nós mesmos.

Ou seja, no sonho a accidentalidade de nossa existência, a sua dimensão absolutamente imprevisível e aberta, é acentuada, ou ainda, se torna clara porque nem o que estamos, para dizer em linguagem humaniana, *habitados* a tomar como uma espécie de necessidade, tanto no que diz respeito à ordem física do mundo quanto a certos traços da cultura, escapa da desordem onírica. Nessa perspectiva, nos sonhos se irrompe, de alguma forma, a ordem instituída,

o modo como nos percebemos até então, e, por isso, ele pode servir de terreno para o florescimento de novas formas de relatar a si.

Vou concluir que saber por que esse elo entre a ficção e a realidade se dá de modo singular, segundo o relato do paciente, é a questão que deve nos guiar na clínica porque ela permite a abertura para um novo campo narrativo de si. A partir dessa abertura é possível construir narrativas entendidas nos termos de Paul Ricoeur como “toda a arte de contar, narrar, que encontra, nas permutas da vida cotidiana, na História das histórias e nas ficções narrativas, as estruturas apropriadas do linguajar” (1995, p. 4). Isto é, entendidas como a capacidade de relatar a si mesmo de modo não linear e em consonância com novas perspectivas sobre si mesmo que podem se apresentar nos sonhos de modo contingente, mas com um fértil terreno de significância. É por meio do relato de si que o paciente imprime à linguagem dos sonhos tem um caráter performático graças ao qual é possível dissolver uma narrativa unilateral de si mesmo; invariavelmente presente em sofrimentos como neurose obsessiva e em alguns casos de delírios ligados à cristalização de certezas sobre si mesmo.

Quando o sonho oculta

Parte da obra de Freud está apoiada, quanto às suas bases epistêmicas ou o núcleo de sua teoria, na tese de que os sonhos revelam, de modo disfarçado, algo reprimido. A ideia de “disfarce” pressupõe algo que está se disfarçando e que, portanto, tem uma identidade própria. Para reconhecer um disfarce é necessário que haja uma identidade a ser disfarçada. Algo a ser descoberto e que nos permite compreender aquilo que lhe disfarça. Como se os sonhos estivessem invariavelmente abrindo margem para algo que tentamos esquecer e o próprio esquecimento dos sonhos, seria, ainda segundo determinado momento da obra e Freud, parte desta mesma trama de recalque: “Além disso, estou em condições de oferecer uma demonstração ocular do fato de que o esquecimento dos sonhos, em grande parte, é produto da resistência” (Freud, 1900 / 2010 p. 123). Isto é, para Freud não apenas o recalque não é um epifenômeno, quanto, mais radicalmente, ele determina, de algum modo, o próprio desenvolvimento dos sonhos e a relação que estabelecemos, no estado de vigília, com eles. O recalque pode ser

entendido nesses termos como a causa do sonho se desenlaçar de determinado modo, bem como de esquecermo-nos dos sonhos que tivemos, além de conferir à atividade onírica uma gama complexa de sentidos imanentes.

Para cifrar o acesso ao conteúdo reprimido o inconsciente se vale, segundo Freud, de certo simbolismo com fins de apresentar "a representação disfarçada de seus pensamentos latentes" (Freud, 1900/ 2010 p. 11). Essa argumentação freudiana está assentada, ao que tudo indica, numa noção clássica de descoberta científica; algo deve ser desvelado e trazido a lume para que a realidade seja expressa em sua devida complexidade. A tarefa da psicoterapia psicanalítica seria análoga a de um cientista que precisa descobrir as bases sobre as quais se apoia certo padrão fenomênico de uma classe de objetos; empiricamente observável. Ou seja, há um dualismo entre o revelado e o ocultado que se alimenta da tese de que a ambiguidade dos sonhos não é acidental. Ela teria em certo sentido um propósito empiricamente detectável. Assim, Freud parece asserir que não apenas a linguagem do inconsciente é cifrada como ela pode ser desvendada; ainda que apenas parcialmente desvendada.

Freud atribui inicialmente a razão deste ocultamento, daquilo que ainda permanece cifrado nos sonhos, ao recalque. A sua hipótese é de que o modo como o sonho se realiza está diretamente ligado ao conteúdo nele recalcado e que "um relaxamento da censura" (Freud, 1900/ 2010, p. 223), próprio do estado de sono, em que não há atividade consciente, torna possível ter acesso ao que até então estava recalcado. Nesses termos, os sonhos compõem um terreno muito fértil para a psicoterapia analítica. Interpretá-los consiste numa das tarefas centrais da psicanálise e, por conseguinte, quando entendemos a razão ou as razões deste recalque podemos compreender bem ao quê os objetos do sonho se referem.

Notadamente, Freud associa a interpretação dos sonhos ao modo como o sonho se desenlaça durante o nosso sono. Por essa razão, de algum modo, a teoria de Freud está subordinada ao compromisso ontológico com uma classe de objetos que explicam o desenvolvimento dos sonhos e mesmo o seu esquecimento.

O próprio Freud relativiza, em parte, essa tese e argumenta que o sonho não apenas expressa, em sua essência, o conteúdo reprimido. O sonho também poderia manifestar traumas

de infância (Além do princípio do Prazer / 1920) e punições do superego (Interpretação dos Sonhos / 1900; devido à antecipação da realização de um desejo reprimido). Mesmo com essas reformulações, é muito difícil que a Interpretação dos Sonhos de Freud passe incólume às críticas dos estudos recentes em neurociência. Meu ponto é que ela é suscetível à crítica por conta de sua pretensão científica de estabelecer compromissos ontológicos com entidades que precisariam ser comprovadas empiricamente no que diz respeito à sua materialidade. Claro que uma leitura caridosa da obra de Freud, feita invariavelmente ou, pelo menos, com bastante frequência, pela nossa comunidade psicanalítica, pode dizer que o texto de Freud importa pelos caminhos que abre e não propriamente pelas verdades supostamente nele contidas. Certo. No entanto, é importante entender porque parte da obra de Freud, refiro-me aqui especialmente à Interpretação dos Sonhos, não se compatibiliza, pelo menos, com parte dos estudos contemporâneos de neurociência e, o que considero o mais interessante, esse fato não altera a importância dos sonhos na clínica psicanalítica, mas pode colocar em xeque alguns compromissos ontológicos assumidos pela teoria freudiana como a ideia de que esquecemos do sonho por causa de um processo de recalque.

Neurociência e a função dos sonhos

Certamente, o desenvolvimento da neurociência lançou luz sobre a atividade consciente e, de modo mais recente, sobre os sonhos sem que haja uma posição absolutamente consensual sobre a função e a própria natureza do sonho.

No extenso debate acerca do tema é possível recuperar posições que simplesmente negam qualquer valor epistêmico dos sonhos. Para certos autores, como por exemplo, J. Allan Hobson, os sonhos não apenas estão longe de guardarem algum significado intrínseco, como também não guardam absolutamente nenhuma relação causal com uma espécie de conteúdo reprimido. Nessa perspectiva, os sonhos são entendidos como um epifenômeno do estado de sono REM (*rapide eyes movements*) e, portanto, sem operar qualquer efeito sobre o comportamento humano, nem muito menos são providos de uma capacidade de causar uma espécie de amnésia do sonho. Essa compreensão dos sonhos se apoia empiricamente na tese de que a

atividade do córtex no estado de REM é puramente reativa e não possui relação com desejos reprimidos em alguma fase de nossas vidas. Segundo os dados colhidos e avaliados na pesquisa feita por Hobson, por exemplo, o estado de sono REM pode constituir um estado protoconsciente (HOBSON, 2009). Esse estado é responsável por proporcionar um modelo de realidade virtual do mundo que "é de uso funcional para o desenvolvimento e manutenção da consciência desperta" (2009, p. 331), mas não opera numa espécie de ocultamento de um conteúdo reprimido. Assim, os sonhos não ofertam uma base empírica para as investidas da psicanálise, pois desempenham apenas uma função cognitiva fortemente ligada à memória (STICKGOLD *et al.*, 2001). Essa função cognitiva é passível de uma análise quantitativa que reporta os estados mentais (tanto no sonho quanto na vigília) aos eventos cerebrais. O ponto é que os sonhos no estado REM têm a função de processar as memórias associativas ao longo do tempo e não armazenar desejos supostamente reprimidos. Por isso, eles guardam uma importante função cognitiva (HOBSON, 2001, p. 1055).

No interior da neurociência é possível resgatar também outras abordagens do sonho que são igualmente contrárias àquilo com o qual certa psicanálise, tal como relatei, parece se comprometer empiricamente. A abordagem evolutiva dos sonhos também parece caminhar na contramão da psicanálise. Por exemplo, na expectativa de fornecer uma compreensão evolutiva dos sonhos, Revonsuo lança mão da hipótese de que os sonhos desempenham uma função relativa ao aprendizado. Em certa sintonia com uma posição cognitivista [com a qual é reconhecidamente compatível (REVONSUO, 2000, p. 898)], Revonsuo sustenta que uma função importante dos sonhos é simular diferentes eventos, que poderiam ocorrer em estado de vigília, para nos permitir nos prepararmos para diversas possibilidades de ameaça. Ainda que não reduza os sonhos a um epifenômeno, uma vez que eles cumprem a função de simular nosso comportamento diante de certas ameaças, Revonsuo contesta igualmente a sua função clínica, como pensada por certa psicanálise. As rareadas evidências empíricas que poderiam ser mobilizadas pela psicanálise são soterradas pela compreensão de que os sonhos, e a dinâmica que lhe é intrínseca, servem como uma espécie de laboratório da mente que nos permite, a partir de certos traumas ou eventos, traçar estratégias, para lidar com ameaças reais. É a partir de um vasto

estudo empírico sobre relatos de sonhos traumáticos que Revonsuo assere que os sonhos cumprem basicamente a função de serem ferramentas de predição e de construção de estratégias de sobrevivência diante de uma ameaça iminente. Portanto, eles não guardam relação com as assertivas freudianas relativas ao conteúdo recalçado.

Com efeito, é notável que existem esforços, ainda que minoritários, de aproximar a psicanálise dos estudos mais recentes de neurociência (CHENIAUX, 2006). Parte desse esforço, liderado por Solms, tenta mostrar que a falta de diálogo da psicanálise com a neurociência, se deveu muito mais ao contexto científico de Freud no qual havia sérios limites quanto aos mecanismos científicos de controle da atividade cerebral. Isso teria obrigado Freud a recorrer a especulações mais amplas (Solms, 1986, 2000) sem que elas pudessem efetivamente serem respaldadas por experimentos científicos. Notadamente, alguns conceitos freudianos poderiam hoje ter, por assim dizer, uma base neurofisiológica. O conceito de pulsão seria um exemplo. Ele sustenta (a partir de uma análise controlada de mais de 322 pessoas em estado de sono REM) que o sistema mesolímbico-mesocortical, cujo funcionamento seria análogo ao da pulsão em Freud, seria responsável por instigar os sonhos a partir emoções altamente ativas durante o sono REM.

Não é possível deixar de reconhecer o esforço para tornar possível o diálogo da psicanálise com a neurociência, especialmente em trabalhos produzidos aqui no Brasil (BEZERRA, 2010). Negar esse diálogo seria, no mínimo, contraproducente. No entanto, dada as suas próprias pretensões científicas, a obra de Freud nem sempre nos ajuda a perceber que a psicanálise e neurociência se movem em ontologias distintas. Aliás, não é incomum que se tenha a obra de Freud em mente, claramente mais comprometida com a ciência do que outras psicanálises, quando se propõe uma aproximação da psicanálise com a neurociência. Embora a neurociência recorra também ao relato da primeira pessoa para alguns dos seus experimentos, ela não apenas se centra na investigação da atividade cerebral como tem nela a sua base empírica prevalente. Em última análise, é o monitoramento da atividade cerebral que decide empiricamente a validade das proposições da neurociência. O seu grande tribunal observacional, para lembrar outra expressão de Quine, é o cérebro.

Por conseguinte, a neurociência guarda claramente um compromisso ontológico com uma ontologia da terceira pessoa, nos termos de John Searle (2004, p. 113), visto que é sobre o funcionamento microfísico do cérebro que estão assentadas ontologicamente as entidades com as quais ela trabalha. Por outro lado, a psicanálise restringe o seu campo de atuação à ontologia da primeira pessoa. Isto é, o seu foco repousa no relato clínico dos pacientes em que são profetizados os seus estados mentais para os quais o paciente tem um acesso subjetivo não apenas privilegiado como absolutamente singular. Não é possível para John Searle reduzir a nossa consciência a uma análise que *elimina* as nossas experiências qualitativas (*os qualias*). Eu diria, seguindo esse raciocínio, que as nossas narrativas subjetivas a respeito de nossos sonhos não são eliminadas quando relatamos na clínica os nossos sonhos a partir da forma singular como os sentimos e atribuímos um significado.

Nessa perspectiva, John Searle insiste que não é possível reduzir afetos como, por exemplo, a dor às descargas de neurônios (como assim procedem parte dos neurocientistas), visto que “se tentássemos uma tal redução ontológica, as características essenciais da dor seriam deixadas de lado. Nenhuma descrição dos fatos de terceira pessoa, objetivos, fisiológicos, comunicaria o caráter subjetivo, de primeira pessoa, da dor, simplesmente porque as características de primeira pessoa são diferentes das características de terceira pessoa” (SEARLE, 1992, p. 117). Assim, a ciência trabalha com o compromisso em explicar a atividade cerebral recorrendo a uma investigação que se restringe, quanto à validade observacional de suas proposições, ao estudo da atividade cerebral (ontologia da terceira pessoa), ao passo que a psicanálise se restringe ao campo do relato pessoal (ontologia da primeira pessoa) no que ele pode informar da trajetória singular do sujeito.

Parece cada vez mais evidente que a psicanálise pode ser comensurável com a neurociência e, por isso, é possível, em termos epistemológicos, conceber uma neuropsicanálise (BEZERRA, 2010). No entanto, a clínica não é uma base empírica capaz de sustentar ou suportar todo esse compromisso ontológico com o qual a teoria freudiana, especialmente da Interpretação dos Sonhos está enredada, visto que ela dificilmente comporta um campo observacional capaz de, como aponta Mezan, determinar as causas tanto materiais quanto formais do sonho

(MEZAN, 2007, p. 334). Ou seja, as bases observacionais sobre as quais Freud sustenta parte dos compromissos ontológicos de sua teoria são precárias não porque o depoimento das pessoas é irrelevante ou porque ele poderia ser simplesmente falso, mas porque a clínica por si só não é uma base observacional suficientemente universal e com um rígido controle metodológico para autorizar a construção de uma teoria exaustiva sobre os sonhos. Uma teoria capaz de justificar porque eles ocorrem, da forma como ocorrem, e porque nos esquecemos dele.

Ainda que essa lacuna metodológica e epistêmica da obra de Freud possa ser equacionada por meio do recurso à neurociência, metodologicamente mais sofisticada em termos científicos, isso termina comprometendo a psicanálise conceitualmente com a existência de uma classe de objetos que não seriam apenas estruturas simbólicas do inconsciente. Esses objetos seriam tomados como entidades físicas, cerebrais, para ser preciso, que estão abertas ao jogo científico da falsificação, mas meu ponto é que uma vez falseados não invalidam a clínica psicanalítica porque estão circunscritos ao campo da ontologia da terceira pessoa. Ou seja, as contribuições da neuropsicanálise tanto para a neurociência, voltada, especialmente, para compreensão dos sonhos, quanto para a própria psicanálise, especialmente no que concerne ao esclarecimento e atualização de alguns dos seus conceitos, não têm o poder epistemológico ou força epistêmica para invalidar a atividade clínica em função da qual a psicanálise ganha o seu sentido prático. É nessa perspectiva que Laurence, a partir de uma posição lacaniana, adverte que “psychoanalytic practice ground interpretation on the experience of a real that is specific to psychoanalysis, and not on any conformity with objects produced by a scientific discourse” (LAURANCE, p. 126). Tentei mostrar que a psicanálise e a ciência guardam compromissos ontológicos distintos porque se comprometem com abordagens diferentes do fenômeno humano que embora possam ser tomadas como complementares, certamente não podem se anular.

Nessa perspectiva, para manter a soberania da clínica e resguardar a psicanálise de algumas críticas da neurociência acredito que é razoável deflacionar os compromissos ontológicos da teoria de Freud, que extrapolam os compromissos com os quais a atividade clínica se engaja (basicamente com uma ontologia da primeira pessoa). Esse compromisso ontológico da teoria freudiana não invalida necessariamente a clínica; nem mesmo uma clínica freudiana

revisada, mas pode de fato pôr em xeque uma clínica psicanalítica que assume para si a pretensão de explicar a dinâmica interna dos sonhos: seu desenlace e seu esquecimento.

Por isso, para manter a validade clínica da análise dos sonhos, no sentido de torná-la resistente a uma crítica neurocientífica, é preciso descolar a psicanálise da compreensão de que os sonhos têm um poder causal sobre estados cerebrais sem, ao mesmo tempo, desconsiderar que eles têm um efeito performático sobre o comportamento humano quando são narrados na clínica. Os sonhos podem ser tomados como um epifenômeno, no sentido de que ele não tem poder causal sobre o cérebro para, por exemplo, promover a amnésia do sonho. No entanto, eles portam um caráter performático quando são narrados como contendo elementos significativos para uma narrativa de si mesmo. Desse modo, a neurociência não inviabiliza a clínica, como talvez quisessem alguns neurocientistas, destacados aqui no artigo, se reconhecemos que o papel dos sonhos não é propriamente de revelar algo oculto ou mesmo que os sonhos, dependendo do seu conteúdo, podem ser objeto de uma amnésia.

Assim, a base ontológica dos sonhos, o que de fato está na sua base fisiológica e que é estudado pela neurociência cujo compromisso é com uma ontologia da terceira pessoa, não altera o significado que na clínica os pacientes atribuem aos seus sonhos e, sobretudo, não altera o modo como a assimilação de certas narrativas de si são tecidas a partir da análise dos sonhos. Nesses termos, acredito que o nosso caminho não deve ser o de procurar a todo custo oferecer contornos científicos à teoria freudiana, corrigindo certos exageros e lacunas metodológicas, mas desinflacionar a interpretação dos sonhos, promovendo uma austeridade conceitual para reter o que há de essencial nos sonhos que acredito que seja o seu caráter de abertura de narrativa. Assim, acredito que com isso é possível livrar a interpretação dos sonhos de alguns dos seus compromissos ontológicos, que exigem a existência de processo causais responsáveis por todo desenvolvimento e dinâmica dos sonhos, para resguardar o que é primordial ao processo analítico, a saber: o modo como ressignificamos os sonhos e como essa ressignificação exerce um caráter performático no nosso comportamento.

Sonhos e narrativas de si

É importante notar que a ontologia da terceira pessoa apoia-se, em geral, numa teoria da referência que é calcada fortemente na compreensão da linguagem como representação. Essa era, aliás, a compreensão da linguagem dominante na época de Freud e talvez por isso não seja incomum encontrar no texto de Freud alusão a uma interpretação *correta* dos sonhos. Desse modo, Freud assume tacitamente e em certo momento o compromisso com o princípio da ambivalência, conforme o qual a proposição tem sentido quando o que ela expressa pode ser verdadeiro ou falso, ou nas palavras de Wittgenstein, ser ou não o caso (1990). É como se o relato do paciente a respeito do seu sonho pudesse ser verdadeiro ou falso. Essa compreensão da linguagem como representação quando aliada à tese de que a resistência impera no comportamento psíquico autorizou Freud a julgar veracidade das narrativas de sonho dos seus pacientes como corretas ou não de acordo com a superação da resistência e a tomada de consciência de determinado evento psíquico. Afinal, a dificuldade que os pacientes tinham de atingirem à correta interpretação estaria diretamente ligada à resistência quanto à tomada de consciência de certos acontecimentos passados e para qual caberia, muitas vezes, ao analista conduzir o processo para que uma correta imagem do passado pudesse vir à tona como a representação do que havia sido recalcado.

No entanto, justamente quando se perde a pretensão de verdade quanto à correta interpretação dos sonhos, a compreensão da linguagem como representação dá lugar a uma compreensão próxima da pragmática dos sonhos em que o que é decisivo é a abertura de narrativas que o sonho proporciona. Assim, o sonho, quando relatado, ganha significado performático no sentido que o seu significado se dá no próprio relato, na ação mesma de relatá-lo ou narrá-lo. O sonho não é, portanto, um objeto que se constitui como psicanalítico por possuir em si uma destinação própria, numa palavra: uma dinâmica, mas ele se torna um objeto psicanalítico quando possibilita a experiência – onírica – de viver imagetivamente e afetivamente outras experiências de si em que a accidentalidade da existência se torna mais patente.

Quando simulam situações possíveis, tese com qual a neurociência, de forma geral, tende a concordar, por razões variadas, como mostrei, os sonhos já abrem um campo analítico. Eles fornecerem percepções e afetos que despertam a atenção clínica, tornam-se, para tomar de

empréstimo o conceito de Ogden, objeto analítico (2013), porque permitem que os pacientes falem de outras possibilidades narrativas não mais inscritas no roteiro sobre o qual o seu sofrimento não apenas é trilhado como reforçado.

Notadamente, no inconsciente há um ambiente em que a linguagem não desempenha um papel puramente representacional e a tomada de consciência dessa dimensão, por assim dizer, criativa da linguagem nos permite a construção de uma abertura a diferentes compreensões, nem sempre imediatamente consciente, sobre nós mesmos. Nesses termos, a própria referencialidade no sonho, se aquilo que narramos nos sonhos corresponde a uma interpretação correta do simbolismo que lhe acompanha, é menos importante do que reconhecer nos sonhos uma possibilidade de habitar novas narrativas de si. Afinal, tanto na vigília como no sonho, nos reconhecemos como o ponto de referência no qual uma narrativa se desenlaça. Por isso, somos capazes de nos referenciar a nós mesmos, seja no sonho seja no estado de vigília, como uma perspectiva possível sobre nós mesmos.

Diversas coisas podem variar nos sonhos, mas permanecemos como centro narrativo ou como lugar de referência narrativa de si, visto que o sonho nos apresenta experiências afetivas, ligadas, ainda que de modo desordenado, a nossas experiências no estado de vigília. É a referencialidade aberta aos fenômenos que me ocorrem, presentes tanto nos sonhos como na vigília, que garante unidade entre os sonhos e a vigília no sentido de que são narrativas de mim. Narrativas possíveis sobre mim. Essa narrativa de mim ganha na clínica o formato de um relato perspectivístico sobre mim mesmo. Quando relato um sonho me coloco como um lugar possível de experiência afetiva possível de mim mesmo. Sou perspectiva.

Nos sonhos o falso e o verdadeiro, quanto à natureza do estado de coisas presente no mundo ou quanto à ordem causal que ordena a minha percepção hodierna, se diluem numa mistura de signos cuja significação não se deixa aprender por uma teoria pictórica da linguagem onde o significado de uma proposição está atrelado ao princípio da ambivalência. A linguagem dos sonhos torna-se significativa quando narramos os sonhos e nos referimos aos afetos que nos mobilizam também quando estamos no estado de vigília. Na narrativa dos sonhos de certo modo realizamos outras experiências de nós mesmos. Por isso, o que nos afeta no sonho não é

a constatação de que algo é ou não o caso, se um determinado evento ocorreu ou não em conformidade com o que sonhamos, mas o fato de que nos sonhos sempre se abre, quando ele é narrado, a possibilidade de lidar de modo diferente com o que nos habituamos a narrar sobre nós mesmos quando estamos no estado de vigília.

Assim, quando na clínica um paciente decide trazer o seu sonho para a análise o que está em jogo não é a tentativa de identificar-se nos sonhos como se os sonhos fossem um espelho apenas distorcido da narrativa que ele traça de si, mas é a vontade, que muitas vezes permanece no nível inconsciente, de construir narrativas de si diferentes do modo como ele vem se percebendo. Se um passo importante em direção à atenuação do sofrimento é a própria decisão de iniciar um processo analítico, não menos importante é reconhecer que o sonho é uma suspensão na narrativa cotidiana de si, um hiato, por assim dizer, que não apaga a ordem do vivido, mas porta elementos bricolados num campo narrativo em que ficção e realidade se tocam desordenadamente e nos remetem para outro (s), que ainda efetivamente não somos, enquanto possibilidade de relato de si. Quando narrado, o sonho promove um alargamento da expectativa depositada sobre nós mesmos e nos permite, na forma de uma simulação, nos afetar por outra narrativa. É por isso que no processo analítico é o paciente que, como pontua precisamente Ogden, "pode ser capaz de sonhar o que até então eram experiências emocionais não-sonháveis (seus sonhos não sonhados)" (2007, p. 577), visto que o sonho amplia, por meio da mediação do processo analítico, a nossa capacidade de nos referirmos a nós mesmos enquanto campo de possibilidades de narrativas de si.

Assim, na medida em que alargam as narrativas por meio da qual podemos narrar as nossas vivências, os sonhos, quando depurados na clínica, se constituem como um elemento basilar na busca do paciente para lidar com o sofrimento, pois o paciente reconhece que não há uma única narrativa possível de si, especialmente a narrativa que lhe acompanha como marca do sofrimento. A narrativa dos sonhos na clínica compromete-se com a abertura a outras narrativas de si, outras possibilidades de lidar com a própria experiência do sofrimento. Nesse sentido, não se trata aqui de procurar o momento exato em que há a passagem ou a mudança de narrativa sobre si mesmo (que seria, de algum modo, desconhecer a natureza dialética da

narrativa de si, em que o momento da passagem da falta de consciência de certos conflitos para a consciência deles importa menos do que a travessia, o próprio processo de passagem), mas abrir a possibilidade do paciente escutar outras narrativas que poderiam o conduzir à dispersão do relato em que impera o sofrimento como única forma de reconhecimento de si mesmo.

É necessário compreender, especialmente da parte do analista, que os sonhos podem compor uma nova narrativa de si quando acolhemos a dimensão contraditória que o paciente passa a incorporar como narrativa de si. Quando realiza a contradição entre a narrativa de si e a narrativa dos seus sonhos o paciente não precisa negar completamente a narrativa do seu sofrimento para se sintonizar com a outra narrativa, ofertada pelo modo como ele narra os seus sonhos, para compreender, tomar consciência, que existem diferentes modos de subjetivação e não apenas aquele que vem gerando sofrimento. Damo-nos conta de que somos e não somos concomitantemente porque toda narrativa de sofrimento porta consigo a sua negatividade, a possibilidade de ser lida como uma narrativa possível de si e não como a única narrativa. O que está em jogo é elevar à forma da consciência diferentes modos de narrativa de si; o que está no registro da passagem do sofrimento crônico para um sofrimento como uma das narrativas possíveis de si, mas que, no entanto, não nos define. Pelo relato dos sonhos pode ser possível compreender que o sonho não é uma identidade. Essa disposição para traçar uma nova narrativa de si está desde sempre presente naquilo que engendra a própria decisão de entrar no processo analítico e serve como início do processo de lidar com o sofrimento.

Assim, quando os sonhos passam a fazer sentido, isto é, quando atribuímos significado à complexa bricolagem que o sonho nos impõe, lembremos que não escolhemos diretamente os sonhos nem muito menos a forma como eles ocorrem, estamos no âmbito de uma ampliação da compreensão narrativa de nós mesmo onde uma constelação de emoções torna-se manifesta como experiência possível de si mesmo. Se a entrada na análise está diretamente ligada à tentativa de responder para nós mesmo porque não conseguimos lidar com certo sofrimento, o cumprimento de uma importante etapa do processo analítico caminha pela narrativa daquilo que os sonhos nos apresentam como experiência contra hegemônica em face do sofrimento.

Assim, quando abandonamos a pretensão de compreender os sonhos como a representação, cifrada, de um desejo reprimido e passamos a narrá-lo como uma experiência afetiva singular sobre nós mesmos conseguimos abrir uma fenda no nosso campo de percepção que pode indicar novas formas de lidar com o sofrimento. É o momento em que nos dispomos a conferir novos sentidos ao que o sonho nos oferta como possibilidade de narrativa de si. Quando isso começa a ocorrer se inicia uma etapa importante no processo analítico e ao longo de uma intensa caminhada, saberemos reconhecer que a própria forma como narramos o sonho encontrará mudanças. A bricolagem dos sonhos passará a ser lida em consonância com novas perspectivas sobre si mesmo. Neste momento, longe de ser apenas o anteparo mais ou menos vazado do conteúdo reprimido, os sonhos podem ser tomados como o índice de que estamos lidando de outra forma com o sofrimento porque indicam que já podemos narrar a nossa vida de outra forma na qual o sofrimento não é mais uma espécie de tirania.

Referências

- BEZERRA, B. C. (2010) Neurociências e psicanálise: definindo discordâncias para construir o diálogo. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, v. 38, 145-159.
- CHENIAUX, E. (2006) Os sonhos: integrando as visões psicanalíticas e neurocientífica. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul Print*. 28(2). 145-159.
- FRAYZE-PEREIRA, J. A. (1999). Entre os sonhos e a interpretação: aparelho psíquico/ aparelho simbólico. *Psicologia USP* 10(1), 199-223.
- FREUD, S. (2010) Além do princípio do prazer. In S. Freud, *Edição das obras completas de Freud* (trad. P. Souza, vol. 12, p. 90-150). São Paulo: Companhia das Letras, (Trabalho original publicado em 1920).
- FREUD, S. (2010) Interpretação dos sonhos. In S. Freud, *Edição das obras completas de Freud* (trad. P. Souza, vol. 12, p. 90-150). São Paulo: Companhia das Letras, (Trabalho original publicado em 1900).
- HOBSON, J. A. (2009). "REM sleep and dreaming: towards a theory of protoconsciousness". *Nature Reviews* 10 (11), 803–813.
- JOUVET, M. (1980). Paradoxical sleep and the nature-nurture controversy. *Progress in Brain Research* 53, 331–46.
- LAURANCE, E. *Lost in cognition: Psychoanalysis and Cognitive Science*. London: Karnac, 2014.
- MEZAN, R. (2007) Que tipo de ciência é a Psicanálise?. *Natureza Humana*. 2 (4), p. 319-358.
- OGDEN, T. H. (2007) On Talking-as-dreaming. *International Journal of Psychoanalysis*, 88, 575-89.
- OGDEN, T. H. (2013) *Reverie e interpretação: captando algo humano*. Trad. T. N. Zalcberg. São Paulo: Escuta.
- PRATA, T. A. Irredutibilidade ontológica versus identidade: John Searle entre o dualismo e o materialismo. *O que nos faz pensar*, n. 25 2009.

- REVONSUO, A. (2000) The reinterpretation of dreams: an evolutionary hypothesis of the function of dreaming. *Behav Brain Sci.*, 23(6), 877-901
- SEARLE, J. *The rediscovery of the mind*. Cambridge Mass., Londres: MIT Press, 1992.
- SEARLE, J. *Mind: a brief introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- SOLMS, M. (2000) Dreaming and REM sleep are controlled by different brain mechanisms. 23 (6), 843-850.
- SOUSSUMI, Y. (2006). Tentativa de integração entre algumas concepções básicas da psicanálise e da neurociência. *Psicol. clin.* 18 (1), 63-82.
- STICKGOLD, R.; HOBSON, J.A.; FOSSE, R.; FOSSE, M. (2001) Sleep, learning, and dreams: off-line memory re-processing. *Science* 294(5544), 1052-7.

Recebido em: 03-03-2026

Aprovado em: 20-04-2026

Érico Andrade

Filósofo e psicanalista, doutor em filosofia pela Sorbonne e atualmente professor associado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Autor de *Negritude sem Identidade: sobre as narrativas singulares das pessoas negras* (2023), além de artigos científicos, traduções e críticas de cinema. Tem experiência na área de filosofia moderna. Hoje atua na área de política com enfoque em abordagens contemporâneas, sobretudo, ligadas aos estudos sobre racismo, afetos, identidade e singularidade. Atualmente pesquisa problemas ligados à relação entre negritude e identidade pelo viés da psicanálise. Compõe o Coletivo Pontes da Psicanálise.